



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

Aprovação do Conselho Pedagógico

20/3/2019

Aprovação do Conselho
Técnico-Científico

10/4/2019

Ficha de Unidade Curricular (FUC) de Fiscalidade da Empresa

Curso(s): Mestrado em Solicitadoria

Ano Curricular: 1ºano

Semestre curricular: 2º Semestre

Ano lectivo: 201819

Docente Responsável: Fernando Manuel Gonçalves da Silva

Unidade Curricular

Designação:	Fiscalidade da Empresa
Curso(s):	Mestrado em Solicitadoria
Ano curricular:	1ºano
Semestre curricular:	2º Semestre
Número de ECTS:	5
Horas de contacto:	30

1. Corpo Docente

***Replicar pelo nº de docentes, sendo que o primeiro deverá ser o responsável da UC.

Nome: Fernando Manuel Gonçalves da Silva
Gabinete: 3.17
Email: fsilva@iscac.pt

2. Funcionamento

a) Objectivos:

Os objetivos principais da unidade curricular consistem em efetuar uma abordagem sobre a fiscalidade com particular incidência sobre as empresas no sentido de:

- Dotar os alunos dos conhecimentos genéricos e necessários à compreensão das matérias fiscais que impendem sobre as empresas, designadamente, em sede de IRC e IVA, e também em sede de impostos sobre o património (IMI, IMT e Imposto do Selo) no sentido em que as possam identificar, caraterizar e classificar num quadro de mutação dinâmica da legislação fiscal.
- Atender à especificidade intrínseca de cada um dos impostos enunciados, no quadro de uma adequação ao curso ministrado, enfatizando os aspetos relacionados com o seu âmbito de incidência, tipologia, estruturação e funcionamento.
- Desenvolver autonomia para compreender os problemas reais que as empresas enfrentam em matérias fiscais e, encontrar as correspondentes opções no âmbito dos princípios, normas e legislação aplicáveis. Competências a adquirir:

No final da lecionação da unidade curricular os alunos deverão estar habilitados a:

- Saber identificar as características e compreender os fundamentos, a estrutura e o funcionamento subjacentes a cada um dos impostos enunciados concernentes às empresas;
- Saber manusear os códigos fiscais e legislação complementar com destreza e confiança no sentido de rapidamente identificarem os assuntos e as situações concretas decorrentes das necessidades de gestão geradas no âmbito das suas atividades profissionais e empresariais.

b) Regime de frequência e metodologia de avaliação:

De acordo com a faculdade prevista no nº2 do artigo 7º do Regulamento dos Cursos do 2º Ciclo (Mestrados) do ISCAC, para aceder à metodologia de avaliação da unidade curricular descrita abaixo, os mestrandos terão de observar uma assiduidade igual ou superior a 80% do total das aulas da unidade curricular. A avaliação assenta nas componentes e ponderações que se indicam:

a) Elaboração de um trabalho (T), que poderá ser realizado em grupo preferencialmente de dois alunos, sobre um dos temas propostos, com exposição oral em aula e entrega por escrito na última aula da UC. Os temas dos trabalhos circunscrever-se-ão ao conteúdo programático previsto para a unidade curricular de Fiscalidade da Empresa que em seguida se descreve.

b) Exame final (E), a ocorrer na(s) época(s) regulamentar(es) de avaliação. Este exame integrará questões de tipo teórico, prático e/ou teórico-prático, versando sobre as matérias lecionadas. Requer-se uma nota mínima de 6 valores no exame para obtenção de aprovação na classificação final, pelo que, uma classificação inferior à requerida, inviabiliza a consideração da nota do trabalho, relevando apenas a nota do exame.

A classificação final (CF) é obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 30\%T + 70\%E$$

São aprovados os alunos que obtenham 10 ou mais valores, não sendo realizadas provas orais. A melhoria de nota, a ocorrer na época de recurso, aplica-se somente à componente "exame final". No caso do aluno não realizar a metodologia de avaliação anteriormente descrita, tem acesso à avaliação na época de recurso, através de exame elaborado e classificado para 100%.

c) Programa:

O conteúdo programático previsto para a unidade curricular de Fiscalidade da Empresa é o seguinte:

I- Noções Gerais sobre o Sistema Fiscal Português

II- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)

III- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

IV- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

V- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

VI- Imposto do Selo (IS)

VII-Benefícios fiscais às empresas e outra legislação complementar

d) Bibliografia:

- Nabais, J. C. (2017), Direito Fiscal, 10.^a ed. Coimbra, Almedina.
- Rocha, A. S., Brás, E. J. M. (2018), Tributação do Património, 2.^a ed., Almedina, Coimbra.
- Caiado, António C. Pires; Viana, Luís Cracel e Ramos, Luís Pedro (2013). As Obrigações das Sociedades Comerciais em sede de IRC, Áreas Editora, Lisboa.
- Carlos, Américo Brás; Abreu, Irene Antunes; Durão, João Ribeiro e Pimenta, Maria Emília (2018). Guia dos Impostos em Portugal, Quid Juris Editora, Lisboa.
- Catarino, R. J. e Victorino, Nuno (2015), Novo Regime dos Bens em Circulação, 2.^a ed., Almedina, Coimbra.
- Marques, Paulo (2017). A Revisão do Acto Tributário – Do mea culpa à reposição da legalidade, Cadernos IDEFE, N.º 19, 2.^a ed. Revista e Actualizada, Almedina, Coimbra.
- Mendes, António Rocha (2016), IRC e as Reorganizações Empresariais, Universidade Católica Editora, Coleção Manuais, Lisboa.
- Morais, Rui Duarte (2007). Apontamentos de IRC, Almedina, Coimbra.
- Palma, Clotilde Celorico (2014). Introdução ao Imposto sobre o Valor Acrescentado, Cadernos IDEF, N.º I – 6.^a ed., Almedina, Coimbra.
- Pires, José Maria Fernandes (2015). Lições de Imposto sobre o Património e do Selo, 3.^a Ed. Almedina, Coimbra.
- Sanches, J. L. Saldanha (2006). Os Limites do Planeamento Fiscal – Substância e Forma no Direito Fiscal Português, Comunitário e Internacional, Coimbra Editora, Coimbra.
- Silva e Sousa, Amadeu Fernando (2017). IRC – Apontamentos Práticos sobre a MOD.22, 2.^a ed., Vida Económica, Porto.
- Sousa, Abílio (2013). Estatuto dos Benefícios Fiscais – Comentado – Atualizado até à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, Vida Económica, Porto.
- Sousa, Abílio, (2017). Código Fiscal do Investimento – Comentado, Tipografia do Ave, Vila do Conde
- Sousa, Jorge Lopes de e Santos, Manuel Simas (2010). Regime Geral das Infracções Tributárias – Anotado, 4.^a ed., Áreas Editora, Lisboa.
- Vasquez, Sérgio (Coordenação) (2017). Cadernos de IVA. Almedina, Coimbra
- Xavier, Alberto (2017). Direito Tributário Internacional, 2.^a ed. Actualizada, Almedina, Coimbra
- Código do IRC
- Código do IVA
- Código do IMI
- Código do IMT
- Código do Imposto do Selo
- Código Fiscal do Investimento
- Estatuto dos Benefícios Fiscais